



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço maior desconto por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

#### **DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

DATA: **22 DE JUNHO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **12H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO MAIOR DESCONTO  
POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **[prefeituradequijingue4@gmail.com](mailto:prefeituradequijingue4@gmail.com)**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

## **2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a intermediação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e realização de check-in de passagens aéreas nacionais, incluindo assessoramento operacional relacionado aos deslocamentos, visando garantir o atendimento eficiente das necessidades institucionais das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 81/2025 poderão usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação aplicável, inclusive dos benefícios relacionados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, observados os requisitos, critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### **3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

### **3.8. GARANTIA DA PROPOSTA**

3.8.1. Será exigida garantia de proposta, como requisito de condição de aceitabilidade/participação da proposta, nos termos do art. 58



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do lote para o qual a licitante apresentar proposta, podendo ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas, visando assegurar a seriedade da proposta, a mitigação de riscos administrativos e a proteção do interesse público.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia contratual, quando exigida.

3.8.7. A exigência de garantia da proposta possui a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas, mitigar riscos de desistência injustificada, fortalecer a segurança jurídica da contratação e preservar a eficiência do procedimento licitatório, observando o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. A Administração poderá exigir, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexecuibilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da exequibilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

## **7. FASE DE JULGAMENTO:**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexecutáveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a verificação da assinatura digital, será oportunizada diligência para comprovação da autenticidade do documento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([LN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e LN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **10. DOS RECURSOS:**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

#### **16. DO PAGAMENTO:**

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

#### **17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**

**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Chiara Santana Ferreira**

**Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**

**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**01 - INTRODUÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade demonstrar a necessidade, viabilidade técnica e adequação da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, visando atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

O ETP constitui instrumento integrante da fase preparatória da contratação pública, destinado à análise da melhor solução para atendimento da necessidade administrativa identificada, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação pretendida decorre da necessidade contínua de suporte operacional especializado para gerenciamento dos deslocamentos institucionais realizados pelas secretarias municipais, envolvendo participação em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, congressos, seminários, audiências, eventos institucionais e demais atividades vinculadas ao interesse público municipal.

O presente estudo busca avaliar os aspectos técnicos, operacionais e administrativos relacionados à contratação, incluindo levantamento da necessidade administrativa, definição da solução mais adequada, análise de mercado, estimativas preliminares, viabilidade da contratação e demais elementos necessários à adequada instrução do processo administrativo.

A solução analisada contempla prestação continuada de serviços especializados de agenciamento de viagens, proporcionando maior eficiência operacional, racionalização dos procedimentos relacionados às viagens oficiais, economicidade administrativa e adequado gerenciamento das demandas relacionadas ao transporte aéreo nacional.

O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, visando subsidiar a elaboração do Termo de Referência e demais documentos integrantes da fase preparatória da contratação.

**02 - INFORMAÇÕES GERAIS:**

**Fundamento Legal:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

**Objeto:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a intermediação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e realização de check-in de passagens aéreas nacionais, incluindo assessoramento operacional relacionado aos deslocamentos, visando garantir o atendimento eficiente das necessidades institucionais das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

**Equipe de Planejamento:**

- Samuel de Matos Barreto - Matrícula Nº 211326 – (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico – Coordenador da Comissão de Planejamento);

- Wellyngton Barbosa Portugal - Matrícula Nº 211323 (Representante da Secretaria Municipal de Educação);

- Carlene Alves Cavalcante - Matrícula Nº 4165 (Representante da Secretaria Municipal de Saúde);

- Ângela da Silva Santos - Matrícula Nº 4167 (Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social);

**03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**Base legal: Art. 18, §1º, I.**

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA quanto à prestação de serviços especializados de agenciamento de viagens, visando assegurar suporte operacional adequado aos deslocamentos institucionais realizados pelas secretarias municipais.

A necessidade da contratação decorre da demanda contínua por serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais destinadas ao atendimento de compromissos administrativos, técnicos e institucionais relacionados ao interesse público municipal.

Os deslocamentos realizados pelos servidores, agentes públicos e representantes da Administração Municipal são necessários para participação em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, congressos, seminários, audiências, eventos institucionais, cursos, diligências administrativas e demais atividades indispensáveis ao regular funcionamento das ações governamentais desenvolvidas pelo Município.

A contratação busca assegurar maior eficiência administrativa, agilidade operacional, racionalização dos procedimentos relacionados às



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

viagens oficiais e melhor gerenciamento logístico das demandas de transporte aéreo das secretarias municipais.

A solução pretendida permitirá à Administração Pública acesso contínuo a suporte especializado para gerenciamento das viagens institucionais, incluindo pesquisa de tarifas, emissão de passagens, acompanhamento operacional, remarcações, cancelamentos e demais procedimentos correlatos necessários à adequada execução dos deslocamentos oficiais.

Além disso, a contratação contribuirá para maior economicidade na aquisição das passagens aéreas nacionais, mediante utilização de ferramentas especializadas de pesquisa e gerenciamento de viagens corporativas, possibilitando identificação das opções mais vantajosas disponíveis no mercado.

A ausência da contratação poderá comprometer a continuidade das atividades institucionais das secretarias municipais, dificultando a participação em compromissos oficiais e ocasionando prejuízos operacionais e administrativos à Administração Pública Municipal.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II.**

A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais necessários à adequada prestação dos serviços de agenciamento de viagens, garantindo atendimento eficiente às demandas da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para prestação continuada dos serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, assegurando atendimento adequado às solicitações encaminhadas pelas secretarias municipais.

Os serviços deverão ser executados por meio de sistema operacional e atendimento especializado que possibilitem agilidade, segurança, rastreabilidade das operações, acompanhamento das solicitações e gerenciamento eficiente das viagens institucionais.

A contratada deverá disponibilizar atendimento em dias úteis, bem como suporte operacional para situações emergenciais relacionadas às viagens oficiais, alterações de voos, cancelamentos e demais ocorrências que possam impactar os deslocamentos institucionais da Administração Pública.

A prestação dos serviços deverá contemplar pesquisa das tarifas disponíveis no mercado, observando critérios de economicidade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, priorizando sempre que possível as opções de menor custo compatíveis com a necessidade administrativa.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A contratada deverá fornecer informações claras e atualizadas acerca dos voos disponíveis, horários, conexões, regras tarifárias, políticas de cancelamento, remarcação e demais condições relacionadas às passagens aéreas emitidas.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, companhias aéreas, legislação aplicável e demais regulamentações pertinentes ao setor de transporte aéreo.

A contratação deverá assegurar mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização das solicitações realizadas pela Administração Pública, permitindo adequada gestão contratual e monitoramento das despesas relacionadas às viagens institucionais.

A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos previstos na legislação e nos instrumentos da contratação.

A solução contratada deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, interesse público e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

**Base legal: Art. 18, §1º, III e V.**

A estimativa das quantidades foi elaborada considerando o histórico de utilização de passagens aéreas nacionais pela Administração Pública Municipal, frequência dos deslocamentos institucionais realizados pelas secretarias municipais, demandas administrativas permanentes e necessidade de participação de servidores e agentes públicos em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, congressos, seminários, audiências, eventos institucionais e demais atividades vinculadas ao interesse público municipal.

A estimativa contempla prestação continuada de serviços especializados de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, observando as necessidades operacionais da Administração Pública Municipal durante o período contratual.

Os quantitativos estimados foram definidos com base na análise das demandas recorrentes das secretarias municipais, considerando deslocamentos administrativos realizados ao longo dos exercícios anteriores, previsões de atividades institucionais e necessidade de manutenção da continuidade dos serviços públicos municipais.

A solução pretendida contempla gerenciamento integral das viagens institucionais, incluindo suporte operacional especializado, pesquisa



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

de tarifas, assessoramento técnico, acompanhamento das solicitações e demais procedimentos necessários à adequada execução contratual.

A estimativa preliminar da contratação encontra-se consolidada conforme abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT
01	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais	Serviço	01

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo e poderão variar conforme as necessidades efetivamente apresentadas pela Administração Pública Municipal durante a execução contratual, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.

#### **06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Base legal: Art. 18, §1º, IV.**

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA relacionada à prestação de serviços de agenciamento de viagens e gerenciamento de passagens aéreas nacionais.

Durante a análise de mercado, verificou-se a existência de diversas empresas especializadas na prestação de serviços de agenciamento de viagens corporativas e governamentais, aptas à execução do objeto pretendido pela Administração Pública, demonstrando viabilidade competitiva da contratação.

Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, soluções praticadas no mercado especializado, modelos de contratação adotados por outros entes públicos, além de práticas operacionais relacionadas à gestão de viagens institucionais e emissão de passagens aéreas nacionais.

O levantamento identificou que a solução mais utilizada pela Administração Pública consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de agenciamento de viagens, contemplando emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, mediante atendimento das demandas administrativas encaminhadas pelos órgãos contratantes.

Verificou-se que o modelo de contratação por prestação de serviços especializados apresenta maior eficiência operacional, melhor gerenciamento das viagens institucionais, suporte técnico especializado e maior economicidade na aquisição das passagens aéreas, em comparação



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

à realização individualizada das aquisições pela própria Administração Pública.

Também foi constatado que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional para atendimento das necessidades do Município, incluindo suporte operacional especializado, sistemas informatizados de gestão de viagens, acompanhamento das solicitações e assessoramento relacionado à pesquisa das tarifas mais vantajosas disponíveis.

A solução escolhida mostra-se tecnicamente viável, economicamente adequada e compatível com as necessidades administrativas do Município, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

O levantamento de mercado demonstrou ainda que a contratação pretendida não possui características restritivas ou incomuns, tratando-se de serviço amplamente ofertado no mercado nacional, possibilitando ampla competitividade entre os potenciais licitantes.

#### **07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com as disposições previstas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando levantamento de mercado realizado mediante análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, pesquisas junto a fornecedores especializados, preços praticados no mercado de agenciamento de viagens e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

A formação do valor estimado considerou a natureza continuada da prestação dos serviços de agenciamento de viagens, abrangendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, além do suporte operacional necessário ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

A estimativa também levou em consideração o histórico de utilização de passagens aéreas nacionais pelas secretarias municipais, frequência dos deslocamentos institucionais, necessidade de participação em eventos oficiais, reuniões técnicas, capacitações, treinamentos e demais compromissos administrativos vinculados ao interesse público municipal.

O valor estimado da contratação corresponde a **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, compreendendo os custos relacionados à prestação dos serviços de agenciamento de viagens e aquisição das passagens aéreas nacionais necessárias ao atendimento das demandas administrativas do Município.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A estimativa elaborada possui caráter referencial e visa subsidiar o planejamento da contratação, definição da disponibilidade orçamentária e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, visando atendimento das demandas institucionais da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

A solução contempla suporte operacional especializado para gerenciamento das viagens institucionais das secretarias municipais, incluindo atendimento das solicitações encaminhadas pela Administração Pública, pesquisa de tarifas disponíveis, assessoramento técnico, acompanhamento das operações e execução dos procedimentos necessários à adequada prestação dos serviços contratados.

Os serviços deverão abranger gerenciamento completo das demandas relacionadas ao transporte aéreo nacional, possibilitando maior eficiência administrativa, agilidade operacional, racionalização dos procedimentos internos e melhor controle das despesas relacionadas às viagens oficiais.

A empresa contratada deverá disponibilizar atendimento contínuo às demandas da Administração Pública Municipal, observando critérios de economicidade, eficiência e busca das tarifas mais vantajosas disponíveis no mercado, compatíveis com as necessidades institucionais apresentadas.

A solução escolhida busca assegurar maior eficiência na gestão logística dos deslocamentos institucionais, suporte técnico especializado para atendimento das demandas das secretarias municipais e continuidade das atividades administrativas vinculadas ao interesse público municipal.

A contratação também permitirá melhor gerenciamento das solicitações de viagens, controle operacional das emissões realizadas, acompanhamento das alterações necessárias e maior segurança administrativa na execução dos procedimentos relacionados às passagens aéreas nacionais.

A solução apresenta viabilidade técnica e operacional, sendo compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal e amplamente disponibilizada no mercado nacional por empresas especializadas no segmento de agenciamento de viagens corporativas e governamentais.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **09 - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

**Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021**

A exigência de garantia de proposta no presente procedimento licitatório possui fundamento no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e tem por finalidade assegurar a seriedade das propostas apresentadas, fortalecer a segurança jurídica do certame, mitigar riscos relacionados à desistência injustificada dos licitantes e resguardar o interesse público durante a condução do procedimento licitatório.

A adoção da garantia de proposta busca evitar comportamentos oportunistas que possam comprometer a regularidade da licitação, a continuidade da contratação administrativa e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A exigência também visa reduzir riscos relacionados à apresentação de propostas inexequíveis, desistências injustificadas após a fase competitiva, recusa na assinatura contratual e demais situações capazes de ocasionar prejuízos administrativos, retrabalho procedimental e atraso na execução da contratação pretendida.

A medida mostra-se proporcional, razoável e compatível com a natureza da contratação, observando os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade do certame.

A Administração Pública entende que a exigência da garantia de proposta contribui para maior segurança, estabilidade e confiabilidade do procedimento licitatório, fortalecendo a seleção de propostas efetivamente comprometidas com a futura execução contratual.

O Tribunal de Contas da União – TCU possui entendimento no sentido da validade jurídica da exigência de garantia de proposta, desde que observados os limites legais e a devida fundamentação administrativa, conforme entendimento consolidado no Acórdão nº 1128/2026 – Plenário.

A exigência da garantia de proposta observa os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, segurança jurídica, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **10 - RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VII.**

A presente contratação tem por objetivo alcançar maior eficiência administrativa na gestão das viagens institucionais realizadas pela Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, assegurando suporte operacional adequado às demandas relacionadas ao transporte aéreo nacional das secretarias municipais.

Com a contratação da empresa especializada em agenciamento de viagens, pretende-se obter maior agilidade nos procedimentos de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, reduzindo falhas operacionais e proporcionando melhor gerenciamento das solicitações encaminhadas pela Administração Pública.

Busca-se também promover maior economicidade na utilização dos recursos públicos destinados às despesas com viagens oficiais, mediante acesso a ferramentas especializadas de pesquisa de tarifas e identificação das opções mais vantajosas disponíveis no mercado.

Outro resultado pretendido consiste na melhoria da organização e controle administrativo das viagens institucionais, possibilitando acompanhamento mais eficiente das solicitações, registros operacionais, alterações de voos, cancelamentos e demais procedimentos relacionados ao deslocamento de servidores e agentes públicos.

A contratação visa ainda assegurar continuidade das atividades administrativas e institucionais do Município, garantindo suporte logístico adequado para participação em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, congressos, audiências, eventos institucionais e demais compromissos vinculados ao interesse público municipal.

Pretende-se também proporcionar maior eficiência operacional às secretarias municipais, reduzindo o tempo despendido com procedimentos relacionados à aquisição individualizada de passagens aéreas e permitindo maior foco no desenvolvimento das atividades finalísticas da Administração Pública.

Os resultados esperados encontram-se alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **11 - PARCELAMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, "b".**

Após análise técnica da necessidade administrativa e das características do objeto pretendido, verificou-se que a contratação poderá ser realizada em lote único, considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços de agenciamento de viagens.

A solução pretendida contempla prestação continuada de serviços especializados de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, envolvendo atividades operacionais correlatas e executadas de forma integrada, não havendo viabilidade técnica ou vantagem administrativa no fracionamento da contratação.

O parcelamento excessivo da solução poderá comprometer a eficiência operacional da execução contratual, dificultar o gerenciamento administrativo das demandas de viagens institucionais, gerar conflitos operacionais entre diferentes prestadores e aumentar os custos administrativos relacionados à fiscalização e gestão contratual.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A adoção do lote único busca assegurar padronização dos serviços, centralização do atendimento operacional, uniformidade dos procedimentos administrativos, maior eficiência na gestão das solicitações e melhor acompanhamento da execução contratual pela Administração Pública Municipal.

Além disso, o mercado nacional possui ampla disponibilidade de empresas aptas à execução integral do objeto, não havendo restrição indevida à competitividade do certame em razão da adoção do critério de julgamento por lote único.

A solução escolhida mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, considerando aspectos relacionados à economicidade, eficiência administrativa, racionalização operacional, continuidade dos serviços e melhor gerenciamento contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único atende aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

Após análise das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, verificou-se que a presente contratação possui relação com despesas administrativas vinculadas à execução das atividades institucionais das secretarias municipais, especialmente aquelas relacionadas à participação de servidores e agentes públicos em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, eventos institucionais, audiências e demais compromissos oficiais.

Constatou-se a existência de contratação correlata anteriormente realizada pela Administração Pública Municipal para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, marcação, remarcação, reembolso, cancelamento e check-in de passagens aéreas nacionais, conforme Ata de Registro de Preços nº 051/2025SRP, vinculada à Dispensa sem Disputa nº 008/2025.

A contratação anteriormente realizada demonstra que os serviços de agenciamento de viagens representam demanda recorrente da Administração Pública Municipal, vinculada à necessidade contínua de suporte operacional para gerenciamento dos deslocamentos institucionais das secretarias municipais.

A solução atualmente pretendida guarda compatibilidade com as necessidades administrativas anteriormente identificadas pelo Município, mantendo relação direta com a continuidade das atividades institucionais e operacionais desenvolvidas pelas unidades administrativas municipais.

Não foram identificadas contratações correlatas incompatíveis com o objeto pretendido, verificando-se que a solução proposta complementa e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

atende às demandas administrativas relacionadas à gestão das viagens oficiais da Administração Pública Municipal.

A presente contratação também poderá possuir integração operacional com procedimentos administrativos relacionados à concessão de diárias, planejamento institucional, capacitações, treinamentos e demais ações administrativas que demandem deslocamentos aéreos nacionais por parte de servidores e agentes públicos municipais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação mostra-se compatível com as necessidades administrativas do Município e alinhada às contratações correlatas anteriormente realizadas pela Administração Pública Municipal.

### **13 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.**

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, visando assegurar suporte operacional adequado às demandas relacionadas aos deslocamentos institucionais realizados pelas secretarias municipais no exercício de suas atividades administrativas, técnicas e institucionais.

A contratação dos serviços de agenciamento de viagens mostra-se compatível com o planejamento administrativo municipal, considerando a necessidade contínua de deslocamentos aéreos destinados à participação em reuniões técnicas, capacitações, treinamentos, audiências, congressos, seminários, eventos institucionais e demais compromissos vinculados ao interesse público municipal.

A solução pretendida contribui para continuidade das atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais, melhoria da eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos relacionados às viagens oficiais e melhor gerenciamento dos recursos públicos destinados às despesas com transporte aéreo nacional.

A contratação também guarda compatibilidade com as ações administrativas voltadas ao fortalecimento da gestão pública municipal, qualificação técnica dos servidores, participação institucional do Município em eventos e articulações administrativas necessárias ao regular funcionamento da Administração Pública Municipal.

Registra-se ainda que o Município de Quijingue/BA vem realizando contratações correlatas relacionadas aos serviços de agenciamento de viagens e emissão de passagens aéreas nacionais, demonstrando a continuidade e permanência da necessidade administrativa identificada.

Caso o objeto ainda não esteja formalmente consolidado no Plano de Contratações Anual – PCA, registra-se que o Município encontra-se em processo de estruturação e consolidação dos instrumentos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, não havendo impedimento à realização da



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contratação diante da necessidade administrativa devidamente demonstrada e do relevante interesse público envolvido.

#### **14 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

**Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.**

Após análise das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA e realização do levantamento de mercado, verificou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais.

A escolha da solução decorre da necessidade de garantir maior eficiência administrativa, suporte operacional especializado, racionalização dos procedimentos relacionados às viagens institucionais e melhor gerenciamento das demandas de transporte aéreo das secretarias municipais.

O modelo de contratação por prestação de serviços especializados mostra-se mais vantajoso para a Administração Pública em comparação à realização direta e individualizada das aquisições de passagens aéreas pelas unidades administrativas, considerando aspectos relacionados à economicidade, agilidade operacional, suporte técnico especializado e melhor controle administrativo das solicitações de viagens.

A solução escolhida permitirá acesso contínuo a ferramentas especializadas de pesquisa de tarifas, gerenciamento operacional das viagens, acompanhamento das solicitações, assessoramento técnico e execução dos procedimentos relacionados à emissão e gerenciamento das passagens aéreas nacionais.

A contratação também possibilitará maior eficiência na busca das tarifas mais vantajosas disponíveis no mercado, contribuindo para otimização da aplicação dos recursos públicos destinados às despesas com deslocamentos institucionais.

A solução pretendida encontra ampla disponibilidade no mercado nacional, sendo prestada por diversas empresas especializadas no segmento de agenciamento de viagens corporativas e governamentais, não havendo restrição indevida à competitividade do procedimento licitatório.

A escolha do modelo de prestação continuada dos serviços busca assegurar continuidade operacional, padronização dos procedimentos administrativos, centralização do atendimento das demandas das secretarias municipais e maior eficiência na fiscalização e gestão contratual.

Além disso, a solução adotada encontra-se alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

continuidade do serviço público e interesse público, previstos no art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a solução escolhida apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, mostrando-se adequada ao atendimento das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

#### **15 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, IX.**

Para adequada execução da contratação pretendida, a Administração Pública Municipal deverá adotar previamente as providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias à regular instrução do procedimento licitatório e futura execução contratual.

Dentre as providências preliminares necessárias, destacam-se:

a) Elaboração e consolidação dos documentos integrantes da fase preparatória da contratação, incluindo Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR, pesquisa de preços e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021;

b) Realização de levantamento das necessidades administrativas relacionadas aos deslocamentos institucionais das secretarias municipais, considerando histórico de utilização de passagens aéreas, frequência das viagens oficiais e demandas operacionais da Administração Pública;

c) Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira necessária ao atendimento da futura contratação, observadas as disposições legais e planejamento administrativo do Município;

d) Definição dos procedimentos administrativos internos relacionados às solicitações de emissão de passagens aéreas, autorização de viagens oficiais, controle operacional e fiscalização contratual;

e) Designação de servidores responsáveis pelo acompanhamento, gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

f) Elaboração dos critérios de execução, fiscalização, medição e pagamento dos serviços contratados, observando as características operacionais da prestação dos serviços de agenciamento de viagens;

g) Definição dos mecanismos de controle administrativo relacionados às solicitações de viagens, emissão de passagens, remarcações, cancelamentos, reembolsos e demais procedimentos operacionais vinculados à contratação;

h) Adoção das providências necessárias à publicação do procedimento licitatório, observando os princípios da publicidade, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

As providências preliminares possuem a finalidade de assegurar adequada estruturação da contratação, eficiência da futura execução contratual, racionalização dos procedimentos administrativos e atendimento do interesse público municipal, observando as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### **16 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XII.**

A presente contratação possui reduzido impacto ambiental direto, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de agenciamento de viagens relacionados à emissão e gerenciamento de passagens aéreas nacionais, não envolvendo atividades industriais, obras, fornecimento de materiais potencialmente poluentes ou geração significativa de resíduos ambientais.

Ainda assim, a Administração Pública reconhece que o transporte aéreo gera impactos ambientais indiretos relacionados à emissão de gases de efeito estufa decorrentes da operação das aeronaves utilizadas nos deslocamentos institucionais.

Diante disso, a contratação buscará observar práticas administrativas voltadas à racionalização das viagens oficiais, priorizando a realização apenas dos deslocamentos efetivamente necessários ao interesse público municipal, contribuindo para utilização mais eficiente dos recursos públicos e redução indireta dos impactos ambientais relacionados ao transporte aéreo.

A Administração Pública também poderá incentivar, sempre que possível, a utilização de procedimentos administrativos eletrônicos, reuniões virtuais e ferramentas tecnológicas de comunicação remota, como forma de reduzir deslocamentos desnecessários e minimizar impactos ambientais associados às viagens institucionais.

A prestação dos serviços deverá observar a utilização preferencial de meios eletrônicos para envio de documentos, solicitações, bilhetes, comprovantes, relatórios e demais procedimentos operacionais relacionados à execução contratual, contribuindo para redução do consumo de papel e racionalização dos processos administrativos.

A solução escolhida não demanda licenciamento ambiental específico, considerando a natureza predominantemente administrativa dos serviços contratados, sem prejuízo da observância das normas legais e regulatórias aplicáveis ao setor de transporte aéreo nacional.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e compatíveis com a natureza do objeto pretendido, observando-se os princípios da sustentabilidade, eficiência administrativa e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **17 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A análise de riscos da presente contratação foi realizada com a finalidade de identificar possíveis eventos capazes de comprometer o regular desenvolvimento do procedimento licitatório e da futura execução contratual, permitindo adoção prévia de medidas preventivas, mitigadoras e de controle pela Administração Pública Municipal.

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>POSSÍVEIS IMPACTOS</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS</b>
Desistência da licitante vencedora após adjudicação	Atraso na contratação e prejuízo à continuidade das atividades administrativas	Média	Alto	Exigência de garantia da proposta, aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e convocação dos remanescentes
Apresentação de proposta inexequível	Comprometimento da execução contratual e falhas na prestação dos serviços	Média	Alto	Análise da exequibilidade das propostas, diligências complementares e observância do art. 59 da Lei nº 14.133/2021
Falhas na emissão ou remarcação de passagens	Prejuízos operacionais aos deslocamentos institucionais	Média	Alto	Fiscalização contratual, definição de prazos operacionais e suporte técnico especializado
Cancelamentos ou alterações inesperadas de voos	Impactos na agenda administrativa e institucional do Município	Alta	Médio	Suporte operacional contínuo da contratada e monitoramento das viagens



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>POSSÍVEIS IMPACTOS</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS</b>
Atendimento insuficiente ou demora nas respostas da contratada	Comprometimento da eficiência administrativa	Média	Médio	Estabelecimento de critérios mínimos de atendimento e fiscalização permanente
Oscilação nos preços das passagens aéreas	Impacto financeiro na execução contratual	Alta	Médio	Planejamento prévio das viagens e busca contínua pelas tarifas mais vantajosas
Problemas operacionais em sistemas das companhias aéreas	Atrasos na emissão de bilhetes e alterações de voos	Média	Médio	Acompanhamento contínuo das operações e atuação preventiva da contratada
Descumprimento contratual pela empresa contratada	Prejuízo à continuidade dos serviços	Média	Alto	Aplicação de penalidades, fiscalização contratual e possibilidade de rescisão contratual
Falhas no controle administrativo das solicitações de viagens	Risco de inconsistências operacionais e financeiras	Baixa	Médio	Implantação de mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização
Interrupção da prestação dos serviços	Comprometimento das atividades institucionais do Município	Baixa	Alto	Gestão contratual eficiente e adoção de medidas administrativas preventivas



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A análise realizada demonstra que os riscos identificados são administráveis e compatíveis com a natureza da contratação, sendo possível sua mitigação mediante adoção das medidas preventivas e mecanismos de controle previstos nos instrumentos da contratação.

A Administração Pública adotará procedimentos de fiscalização, acompanhamento contratual e gestão administrativa voltados à redução dos riscos identificados, observando os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **18 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XIII.**

Após realização dos estudos técnicos preliminares, levantamento de mercado, análise das necessidades administrativas, estimativas preliminares, avaliação dos aspectos operacionais e análise dos riscos envolvidos, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, visando atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

A solução escolhida mostra-se adequada às necessidades da Administração Pública Municipal, apresentando compatibilidade com os objetivos institucionais das secretarias municipais e contribuindo para maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos relacionados às viagens oficiais e melhor gerenciamento das despesas com transporte aéreo nacional.

O levantamento de mercado demonstrou ampla disponibilidade de empresas aptas à execução do objeto, inexistindo restrição indevida à competitividade do futuro procedimento licitatório, bem como viabilidade operacional da contratação pretendida.

Verificou-se ainda que a solução adotada apresenta melhor relação entre custo e benefício para a Administração Pública, considerando aspectos relacionados à economicidade, suporte operacional especializado, continuidade das atividades institucionais, agilidade operacional e eficiência na gestão das viagens oficiais.

A análise de riscos realizada demonstra que os riscos identificados são administráveis e compatíveis com a natureza da contratação, sendo possível sua mitigação mediante adequada gestão contratual, fiscalização da execução dos serviços e adoção das medidas preventivas previstas nos instrumentos da contratação.

A contratação também se mostra compatível com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, representando solução tecnicamente adequada e administrativamente necessária ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

Dessa forma, conclui-se pelo prosseguimento da contratação pretendida, considerando sua viabilidade técnica, operacional, econômica e jurídica, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Chiara Santana Ferreira**

**Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**

**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, visando atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS: EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO, CANCELAMENTO E CHECK-IN DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS.	%	1	11,67%

1.2. A prestação dos serviços compreenderá suporte operacional especializado para gerenciamento das viagens institucionais das secretarias municipais, incluindo pesquisa de tarifas, assessoramento técnico, acompanhamento das solicitações, gerenciamento das operações relacionadas aos bilhetes aéreos e demais serviços correlatos necessários à adequada execução contratual.

1.3. Os serviços serão executados conforme necessidades da Administração Pública Municipal, observadas as condições, especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e demais documentos integrantes do processo administrativo.

1.4. A contratação possui natureza de prestação de serviços continuados, considerando a necessidade permanente de atendimento das demandas relacionadas aos deslocamentos institucionais da Administração Pública Municipal.

1.5. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, regulamentações das companhias aéreas, legislação aplicável ao transporte aéreo nacional e demais disposições pertinentes à execução contratual.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

1.6. A contratada deverá assegurar atendimento eficiente, suporte operacional adequado e execução dos serviços de forma contínua, observando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.2. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.3. O objeto da contratação classifica-se como serviço comum de natureza continuada, considerando que a prestação dos serviços de agenciamento de viagens constitui necessidade administrativa recorrente e permanente da Administração Pública Municipal.

2.4. Os serviços compreendem emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, incluindo suporte operacional especializado para atendimento das demandas institucionais das secretarias municipais.

2.5. A natureza continuada dos serviços decorre da necessidade permanente de suporte operacional relacionado aos deslocamentos institucionais realizados pela Administração Pública Municipal, visando garantir continuidade das atividades administrativas e institucionais do Município.

2.6. A contratação observará as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, regulamentações aplicáveis ao transporte aéreo nacional, normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais legislações pertinentes à execução contratual.

2.7. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, observadas as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo administrativo.

2.8. A contratação será executada sob regime de prestação de serviços continuados, conforme demandas encaminhadas pela Administração Pública Municipal durante a vigência contratual.

## **03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.1. A descrição detalhada da solução adotada encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente processo administrativo e subsidia a presente contratação.

3.2. A solução consiste na contratação da alternativa identificada como mais vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa, conforme estudos realizados na fase de planejamento da contratação, observadas as especificações, quantitativos, requisitos técnicos e condições de execução definidos neste Termo de Referência.

3.3. A futura contratada será responsável pela execução integral do objeto contratado, incluindo o fornecimento de bens, materiais, equipamentos, mão de obra, serviços, logística e demais recursos necessários, quando aplicáveis, garantindo o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

3.4. A execução deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, níveis de desempenho e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

3.5. A solução adotada foi definida com base nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, demonstrando-se adequada para o atendimento da demanda administrativa identificada.

3.6. Considera-se que a solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, apresentando viabilidade técnica e econômica, compatibilidade com o mercado fornecedor e potencial para geração dos resultados pretendidos pela contratação.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais necessários à adequada prestação dos serviços de agenciamento de viagens para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

4.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para execução continuada dos serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais.

4.3. Os serviços deverão ser prestados mediante atendimento das solicitações encaminhadas pelas secretarias municipais, observando critérios de eficiência, economicidade, agilidade operacional e continuidade do serviço.

4.4. A contratada deverá disponibilizar suporte operacional especializado para atendimento das demandas relacionadas às viagens institucionais, incluindo orientação quanto às opções de voos, tarifas



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

disponíveis, horários, conexões, regras tarifárias e demais informações necessárias à adequada execução dos serviços.

4.5. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante a vigência contratual, assegurando atendimento eficiente às necessidades administrativas da Administração Pública Municipal.

4.6. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento compatíveis com a natureza da contratação, incluindo atendimento eletrônico, telefônico e demais meios necessários à adequada comunicação com a Administração Pública.

4.7. A empresa contratada deverá realizar pesquisa das tarifas disponíveis no mercado, buscando sempre que possível as opções mais vantajosas para a Administração Pública, observando critérios de economicidade e interesse público.

4.8. Os serviços deverão observar as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, regulamentos das companhias aéreas, legislação aplicável ao transporte aéreo nacional e demais disposições pertinentes à execução contratual.

4.9. A contratada deverá assegurar suporte operacional para situações emergenciais relacionadas às viagens oficiais, incluindo cancelamentos, remarcações, alterações de voos e demais ocorrências que possam comprometer os deslocamentos institucionais.

4.10. Os bilhetes, comprovantes, relatórios e demais documentos relacionados à execução contratual deverão ser preferencialmente disponibilizados em formato eletrônico, visando maior eficiência administrativa e racionalização dos procedimentos internos.

4.11. A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório.

4.12. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

5.1. A execução do objeto ocorrerá de forma continuada, conforme demandas encaminhadas pela Administração Pública Municipal durante a vigência contratual.

5.2. Os serviços compreenderão emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, observadas as necessidades administrativas das secretarias municipais.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.3. As solicitações de passagens aéreas serão formalizadas pela Administração Pública mediante comunicação oficial encaminhada à contratada, contendo informações necessárias à emissão dos bilhetes, incluindo destino, período da viagem, horários pretendidos, identificação do passageiro e demais informações pertinentes.

5.4. A contratada deverá disponibilizar opções de voos e tarifas disponíveis no mercado, priorizando, sempre que possível, a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando critérios de economicidade, viabilidade operacional e interesse público.

5.5. Os bilhetes aéreos deverão ser emitidos em conformidade com as solicitações encaminhadas pela Administração Pública, observando os prazos operacionais necessários à adequada execução dos deslocamentos institucionais.

5.6. A contratada deverá prestar suporte operacional relacionado às solicitações de remarcação, cancelamento, reembolso, alteração de voos e demais procedimentos correlatos necessários à execução contratual.

5.7. O atendimento das demandas da Administração Pública deverá ocorrer mediante suporte operacional eficiente, por meio eletrônico, telefônico ou demais canais disponibilizados pela contratada.

5.8. A contratada deverá fornecer à Administração Pública todas as informações relacionadas às viagens emitidas, incluindo localizadores, comprovantes, itinerários, horários, regras tarifárias e demais documentos pertinentes à execução dos serviços.

5.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, regulamentos das companhias aéreas e demais disposições legais aplicáveis ao transporte aéreo nacional.

5.10. A contratada deverá manter sigilo e confidencialidade das informações relacionadas às viagens institucionais e dados encaminhados pela Administração Pública durante a execução contratual.

5.11. Os serviços serão executados sob demanda, não havendo obrigatoriedade de utilização integral do valor estimado da contratação pela Administração Pública Municipal.

5.12. A execução contratual observará os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **06 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Pública Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços visando assegurar o cumprimento das condições estabelecidas na contratação, observando prazos operacionais, qualidade do atendimento, regularidade da prestação dos serviços e cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.4. O fiscal do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, promovendo as notificações necessárias quando identificadas falhas, irregularidades, atrasos ou situações que exijam correção pela contratada.

6.5. Identificada qualquer irregularidade na execução contratual, a contratada será formalmente notificada para adoção das medidas corretivas necessárias, observado prazo razoável para regularização da situação apontada pela Administração Pública.

6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor contratual as ocorrências que ultrapassem sua competência operacional ou que possam comprometer a continuidade e eficiência da execução contratual.

6.7. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, coordenando os procedimentos relacionados à fiscalização, controle das solicitações, acompanhamento das obrigações assumidas, registros administrativos e demais providências necessárias à adequada gestão do contrato.

6.8. O gestor contratual acompanhará a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação da contratada durante toda a vigência contratual.

6.9. A Administração Pública poderá convocar representantes da contratada para reuniões, esclarecimentos técnicos, alinhamentos operacionais e adoção de providências relacionadas à execução dos serviços contratados.

6.10. As comunicações entre a Administração Pública e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico oficial, admitindo-se utilização de correio eletrônico institucional e demais meios formais de comunicação administrativa.

6.11. A contratada deverá prestar informações, esclarecimentos e documentos relacionados à execução contratual sempre que solicitados pela Administração Pública Municipal.

6.12. O gestor do contrato adotará as providências necessárias relacionadas à aplicação de medidas administrativas e eventual instauração de procedimento para aplicação de penalidades quando constatado descumprimento contratual pela contratada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.13. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratado, permanecendo esta responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação.

6.14. A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, visando assegurar adequada execução dos serviços contratados e correta aplicação dos recursos públicos municipais.

#### **07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

7.1. A medição dos serviços será realizada conforme execução efetiva das demandas encaminhadas pela Administração Pública Municipal, observando os serviços efetivamente prestados pela contratada durante o período de referência.

7.2. O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos documentos comprobatórios da regular execução dos serviços contratados.

7.3. A contratada deverá apresentar relatório contendo as passagens aéreas emitidas, reservas realizadas, remarcações, cancelamentos, reembolsos e demais operações executadas no período correspondente à medição.

7.4. Os relatórios apresentados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação do passageiro;
  - a) Origem e destino da viagem;
  - b) Data da emissão;
  - c) Companhia aérea;
  - d) Valor da tarifa;
  - e) Taxas incidentes;
  - f) Localizador do voo;
  - g) Situação da solicitação;
  - h) Demais informações necessárias ao controle administrativo da execução contratual.

7.5. O fiscal do contrato realizará conferência das informações apresentadas pela contratada, verificando conformidade entre os serviços executados e as solicitações formalmente autorizadas pela Administração Pública.

7.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que não haja pendência a ser regularizada pela contratada.

7.7. Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária em conta de titularidade da contratada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.8. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências previstas no procedimento licitatório.

7.9. Constatada irregularidade na documentação apresentada ou inconsistência na execução dos serviços, o pagamento poderá ser suspenso até a regularização das pendências identificadas pela Administração Pública.

7.10. Não será efetuado pagamento referente a serviços não executados, solicitações não autorizadas pela Administração Pública ou despesas incompatíveis com o objeto da contratação.

7.11. Os valores das passagens aéreas deverão observar as tarifas efetivamente praticadas pelas companhias aéreas no momento da emissão, admitindo-se cobrança da taxa de agenciamento conforme proposta vencedora do certame.

7.12. Os pagamentos observarão as disposições previstas no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e controle da despesa pública.

#### **08 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

8.1. O recebimento do objeto ocorrerá de forma contínua, conforme execução das demandas encaminhadas pela Administração Pública Municipal durante a vigência contratual.

8.2. Os serviços serão considerados provisoriamente recebidos após a execução das solicitações encaminhadas pela Administração Pública, mediante verificação preliminar pelo fiscal do contrato quanto à conformidade das emissões, reservas, remarcações, cancelamentos, reembolsos e demais serviços executados pela contratada.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá após conferência e validação da regular execução dos serviços contratados, mediante atesto do fiscal do contrato, observando conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e disposições contratuais.

8.4. O fiscal do contrato verificará:

conformidade das passagens emitidas com as solicitações autorizadas;

- a) Regularidade das tarifas aplicadas;
- b) Cumprimento dos prazos operacionais;
- c) Adequação dos serviços prestados;
- d) Regularidade dos documentos apresentados;
- e) Atendimento das exigências contratuais e legais aplicáveis.

8.5. Constatadas irregularidades, inconsistências ou falhas na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

adoção das medidas corretivas necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual, nem afasta a obrigação de correção das falhas eventualmente identificadas pela Administração Pública.

8.7. A Administração Pública poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Os serviços deverão ser executados com observância das normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, regulamentos das companhias aéreas e demais disposições legais aplicáveis ao transporte aéreo nacional.

8.9. O recebimento do objeto observará os princípios da eficiência, economicidade, interesse público, controle administrativo e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.

9.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º “Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

##### **9.2. Modalidade de Licitação**

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

##### **9.3. Critério de Julgamento**

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: **MENOR PREÇO POR LOTE**. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

##### **9.4 Justificativa do Critério de Julgamento**

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- 9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;
- 9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;
- 9.4.1.4. Maior eficiência na execução;
- 9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;
- 9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a

Administração.

#### **9.5. Modo de Disputa**

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.6. Justificativa do Modo de Disputa**

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

- 9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;
- 9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;
- 9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

#### **9.7. Participação dos Licitantes**

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

- 9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;
- 9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;
- 9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.

### **10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

**Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

#### **10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

### **10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **10.3.2. Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

#### **10.4. Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

(SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

#### 10.4.2. Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### 10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. A comprovação da qualificação técnica será realizada mediante apresentação de documentos que demonstrem aptidão da licitante para execução de atividades compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando fornecimento compatível com o objeto licitado, demonstrando aptidão para fornecimento de veículos automotores leves e/ou pesados.

10.5.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que os documentos apresentados permitam verificar a compatibilidade entre os objetos executados e o objeto da contratação.

10.5.4. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

a) Identificação da pessoa jurídica emitente;

b) Identificação da empresa executora;

c) Descrição do objeto executado;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- d) Quantitativos executados, quando aplicável;
- e) Período de execução;
- f) Manifestação quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas.

10.5.5. A Administração poderá promover diligências para confirmação das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive junto aos emitentes dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.6. As exigências de qualificação técnica observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, vedadas exigências excessivas que possam restringir indevidamente a ampla participação no certame.

10.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à prestação dos serviços, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.5.8. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar experiência compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, observando-se o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência de quantitativos mínimos excessivos capazes de restringir a competitividade.

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.**

11.1. Executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, proposta apresentada e demais documentos integrantes da contratação.

11.2. Prestar os serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais de forma contínua, eficiente e compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal.

11.3. Disponibilizar suporte operacional especializado para atendimento das demandas encaminhadas pelas secretarias municipais, observando critérios de eficiência, agilidade e economicidade.

11.4. Disponibilizar opções de voos e tarifas disponíveis no mercado, buscando sempre que possível as alternativas mais vantajosas para a Administração Pública, observados os critérios definidos pela contratante.

11.5. Emitir os bilhetes aéreos em conformidade com as solicitações formalmente autorizadas pela Administração Pública Municipal.

11.6. Prestar suporte operacional relacionado a remarcações, cancelamentos, reembolsos, alterações de voos e demais procedimentos necessários à adequada execução contratual.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.7. Disponibilizar atendimento por meio eletrônico, telefônico ou demais canais necessários ao adequado atendimento das demandas da Administração Pública.

11.8. Encaminhar à contratante comprovantes, localizadores, itinerários, relatórios e demais documentos relacionados às viagens emitidas.

11.9. Manter sigilo e confidencialidade das informações relacionadas às viagens institucionais, dados administrativos e demais informações acessadas durante a execução contratual.

11.10. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

11.11. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais exigências previstas no procedimento licitatório.

11.12. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer situação que possa comprometer a execução dos serviços contratados.

11.13. Corrigir, às suas expensas, falhas, irregularidades ou inconsistências identificadas na execução dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.14. Atender às solicitações da fiscalização contratual, prestando informações, esclarecimentos e documentos relacionados à execução do contrato sempre que solicitado pela Administração Pública Municipal.

11.15. Observar as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, regulamentos das companhias aéreas e demais disposições legais aplicáveis ao transporte aéreo nacional.

11.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

11.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia autorização formal da Administração Pública Municipal.

11.18. Executar os serviços observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Termo de Referência, Edital, proposta apresentada e disposições da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento, fiscalização e gestão da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

12.3. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução dos serviços contratados.

12.4. Formalizar as solicitações de emissão de passagens aéreas e demais serviços correlatos, contendo as informações necessárias ao atendimento das demandas administrativas.

12.5. Comunicar à contratada, em tempo hábil, alterações, cancelamentos ou remarcações relacionadas às viagens institucionais.

12.6. Receber e conferir os serviços executados pela contratada, verificando conformidade com as condições estabelecidas na contratação.

12.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais instrumentos da contratação.

12.8. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades, inconsistências ou descumprimentos identificados na execução contratual.

12.9. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

12.10. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, visando assegurar cumprimento das condições estabelecidas na contratação e adequada aplicação dos recursos públicos.

12.11. Disponibilizar à contratada canais oficiais de comunicação para encaminhamento das demandas relacionadas às viagens institucionais.

12.12. Zelar pela adequada gestão contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.13. Prestar informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações assumidas pela contratada durante a execução contratual.

12.14. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e demais disposições contratuais.

### **13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.**

#### **13.1. Exigência da Garantia**

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

#### **13.2. Modalidades de Garantia**

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- 13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 13.2.1.2. Seguro-garantia;
- 13.2.1.3. Fiança bancária.
- 13.3. Escolha da Modalidade
- 13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.
- 13.4. Prazo para Apresentação
- 13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:
  - 13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;
  - 13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.
- 13.5. Vigência da Garantia
- 13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.
- 13.6. Execução da Garantia
- 13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:
  - 13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
  - 13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;
  - 13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.
- 13.7. Disposições Complementares
- 13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

#### **14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

- 14.1. Disposições Gerais
- 14.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2. Sanções Aplicáveis
- 14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:
  - 14.2.1.1. Advertência;
  - 14.2.1.2. Multa;
  - 14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;
  - 14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 14.3. Multas
- 14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

14.5. Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.6. Procedimento

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

14.7 Registro das Penalidades

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

## **15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

15.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com as disposições previstas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 65/2021, considerando levantamento de mercado realizado mediante consulta a contratações similares da Administração Pública, pesquisa em bases oficiais e pesquisa direta com fornecedores do ramo especializado.

15.2. A formação do valor estimado considerou a natureza continuada da prestação dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, reserva, marcação, remarcação, reembolso, cancelamento, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, incluindo suporte operacional necessário ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

15.3. Foram utilizados como parâmetros de pesquisa:

- a) Preços obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) Contratações similares realizadas por órgãos públicos;
- c) Pesquisa direta com fornecedores especializados do ramo;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) Metodologia de média aritmética dos preços obtidos, conforme relatório de cotação elaborado pelo setor competente.

15.4. A pesquisa mercadológica identificou que os preços praticados para o objeto são usualmente definidos em percentual referente à taxa de agenciamento/desconto incidente sobre a aquisição das passagens aéreas.

15.5. O valor estimado da presente contratação corresponde a **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, considerando a estimativa anual de utilização dos serviços de agenciamento de viagens e aquisição de passagens aéreas nacionais destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

15.6. O valor estimado possui caráter referencial e foi definido para fins de planejamento da contratação, estimativa de consumo, verificação da disponibilidade orçamentária e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15.7. Os pagamentos decorrentes da execução contratual ocorrerão conforme efetiva utilização dos serviços pela Administração Pública Municipal, não havendo obrigatoriedade de consumo integral do valor estimado durante a vigência contratual.

15.8. A estimativa elaborada observa os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com	15001002 Recurso não Vinculado de Imposto



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	<p>Fundo Municipal de Saúde 2014</p> <p>Manutenção do Funcionamento das UND Básicas de Saúde 2017</p> <p>Manutenção do Funcionamento das UND de Saúde da Família 2018</p> <p>Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052</p> <p>Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020</p> <p>Manutenção de Vigilância Sanitária</p>	Locomoção	<p>destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual</p>
0701 Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos	<p>2015</p> <p>Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura 2013</p> <p>Manutenção dos serviços de Limpeza Pública</p>	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	<p>15000000</p> <p>Recursos não vinculados de Impostos 17040000</p> <p>Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000</p> <p>Transferência Especial da União 17200000</p> <p>Transferência da União referentes às</p>



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica 2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

to Econômico			
--------------	--	--	--

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

#### **17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:**

**Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.**

17.1. A presente contratação possui reduzido impacto ambiental direto, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de agenciamento de viagens relacionados à emissão e gerenciamento de passagens aéreas nacionais, não envolvendo atividades industriais, fornecimento de materiais potencialmente poluentes ou geração significativa de resíduos ambientais.

17.2. Ainda assim, a Administração Pública reconhece que o transporte aéreo gera impactos ambientais indiretos relacionados à emissão de gases de efeito estufa decorrentes da operação das aeronaves utilizadas nos deslocamentos institucionais.

17.3. Diante disso, a Administração Pública buscará adotar medidas voltadas à racionalização das viagens oficiais, priorizando deslocamentos efetivamente necessários ao interesse público municipal e incentivando, sempre que possível, a utilização de ferramentas tecnológicas de comunicação remota para redução de deslocamentos desnecessários.

17.4. A contratada deverá priorizar a utilização de meios eletrônicos para envio de bilhetes, comprovantes, relatórios, documentos operacionais e demais comunicações relacionadas à execução contratual, contribuindo para redução do consumo de papel e maior eficiência administrativa.

17.5. A prestação dos serviços deverá observar as normas ambientais aplicáveis, bem como práticas operacionais compatíveis com os princípios da sustentabilidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos.

17.6. A Administração Pública poderá adotar critérios internos de planejamento das viagens institucionais, buscando otimizar deslocamentos, reduzir custos operacionais e minimizar impactos ambientais indiretos relacionados ao transporte aéreo.

17.7. A solução escolhida não demanda licenciamento ambiental específico, considerando a natureza predominantemente administrativa dos serviços contratados, sem prejuízo da observância das normas legais e regulatórias aplicáveis ao setor de transporte aéreo nacional.

17.8. A contratação observa os princípios do desenvolvimento sustentável, eficiência administrativa, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:**

**Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

18.1. Após análise técnica das características do objeto e das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, verificou-se que a contratação deverá ocorrer em lote único, considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços de agenciamento de viagens.

18.2. Os serviços compreendem emissão, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e check-in de passagens aéreas nacionais, executados de forma contínua e operacionalmente integrada, não havendo viabilidade técnica ou vantagem administrativa no fracionamento da solução.

18.3. O parcelamento excessivo da contratação poderá comprometer a eficiência operacional da execução contratual, dificultar o gerenciamento administrativo das solicitações de viagens institucionais e aumentar os custos relacionados à fiscalização e gestão contratual.

18.4. A adoção de lote único busca assegurar padronização operacional dos serviços, centralização do atendimento, uniformidade dos procedimentos administrativos e maior eficiência no gerenciamento das demandas encaminhadas pelas secretarias municipais.

18.5. O mercado nacional possui ampla disponibilidade de empresas aptas à execução integral do objeto pretendido, não havendo restrição indevida à competitividade do certame em razão da adoção do critério de julgamento em lote único.

18.6. A solução adotada mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, considerando aspectos relacionados à economicidade, eficiência administrativa, racionalização operacional, continuidade dos serviços e melhor acompanhamento da execução contratual.

18.7. O parcelamento do objeto, nas condições analisadas, não se mostra técnica nem economicamente recomendável, podendo ocasionar dificuldades operacionais, fragmentação da execução contratual e prejuízos à eficiência administrativa.

18.8. Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único atende aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada, à regular execução do objeto



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

e à demonstração de que a continuidade da contratação atende ao interesse público.

19.3. Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo.

19.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

19.5. O prazo de vigência poderá ser ajustado em conformidade com a natureza contínua do serviço, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites estabelecidos na legislação vigente.

19.6. O encerramento do contrato não prejudicará a conclusão dos serviços já iniciados, os quais deverão ser finalizados pela contratada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Base legal: Lei nº 14.133/2021.**

20.1. A presente contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normas legais aplicáveis, cláusulas estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo administrativo.

20.2. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e demais anexos da contratação.

20.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Pública Municipal com fundamento na Lei nº 14.133/2021, princípios gerais da Administração Pública, jurisprudência aplicável e demais normas pertinentes às contratações públicas.

20.4. A Administração Pública poderá realizar diligências para esclarecimento ou complementação de informações necessárias à adequada instrução do procedimento licitatório, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório.

20.6. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratado.

20.7. O contrato decorrente da presente contratação poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observados os limites e condições legalmente estabelecidos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

20.8. A Administração Pública poderá aplicar as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.9. A execução contratual observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e continuidade do serviço público.

20.10. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais:

- a) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- b) Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- c) Pesquisa de preços;
- d) Edital e anexos;
- e) Proposta vencedora;
- f) Demais documentos integrantes do processo administrativo.

20.11. O foro competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual será o da Comarca de Quijingue/BA, observadas as disposições legais aplicáveis.

20.12. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar adequada instrução da fase preparatória da contratação e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Chiara Santana Ferreira**

**Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**

**ANEXO III**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a intermediação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, alteração e realização de check-in de passagens aéreas nacionais, incluindo assessoramento operacional relacionado aos deslocamentos, visando garantir o atendimento eficiente das necessidades institucionais das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
**LOCAL DATA**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº .....,  
com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores  
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,  
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,  
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)  
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),  
portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda,  
sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu  
mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao  
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao  
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
PE024/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de  
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições,  
confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e  
praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do  
proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Sim ( ) Não ( )**

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;
- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

# EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRÉVIA:**

*As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 083/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

#### **Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB -



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			Complementação da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014 Manutenção do Funcionamento das UND Básicas de Saúde 2017 Manutenção do Funcionamento das UND de Saúde da Família 2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância Sanitária	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15001002 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000 Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
0701 Secretaria	2015 Gestão	3.3.90.33.00 Passagens e	15000000 Recursos não



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Infraestrutura e Serviços Públicos	Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura 2013 Manutenção dos serviços de Limpeza Pública	Despesas com Locomoção	vinculados de Impostos 17040000 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único		
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimen to Econômico	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	15000000 Recursos não vinculados de Impostos

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijingue**  
CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26  
**José Romero Rocha Matos Filho**  
Representante legal do CONTRATANTE

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* de Quijingue**  
CNPJ Nº \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Gestora Fundo  
**Contratante**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026**  
**ANEXO VIII**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 – Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE024/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 – Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 – Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 – A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### **CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX